

Ministério da Previdência Social

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA DGP/PRES/INSS Nº 63, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2025

Altera a Portaria Conjunta DGP/PRES/INSS nº 52, de 9 de setembro de 2024, que dispõe sobre as regras e procedimentos para compensação de horas por motivo de greve.

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS SUBSTITUTO e a PRESIDENTE SUBSTITUTA DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhes conferem o Decreto nº 10.995, de 14 de março de 2022, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 35014.325379/2024-79, resolve:

Art. 1º A Portaria Conjunta DGP/PRES/INSS nº 52, de 9 de setembro de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 11 de setembro de 2024, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º-A.

I -

a) 1º - 1º de setembro de 2025 a 30 de abril de 2026;

....." (NR)

Art. 2º Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIA ELIZA DE SOUZA
Presidente do Instituto
Substituta

IDEON ALVES CARNEIRO JÚNIOR
Diretor de Gestão de Pessoas
Substituto

DIRETORIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA

DESPACHO DECISÓRIO DIROFL/INSS Nº 19, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2025

Processo nº 35014.445043/2024-11.

Ementa: Ocupação de imóvel funcional localizado na SQN 310 Bloco "M" Apartamento 303, Asa Norte, Brasília/DF, por Sr. Gustavo Magalhães Mendes de Tarso. Ocupação irregular de imóvel funcional residencial - aplicação de multa.

RELATÓRIO

Trata-se de análise da situação de ocupação de imóvel funcional residencial pelo servidor Gustavo Magalhães Mendes de Tarso, CPF nº XXX.984.133-XX, matrícula SIAPE nº 1.870.345, em razão de sua dispensa, a pedido, da Função Comissionada Executiva de Coordenador-Geral de Assuntos Corporativos e Disseminação de Conhecimento, código FCE 1.13, do Departamento de Perícia Médica Federal, da Secretaria do Regime Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência Social, formalizada pela Portaria MPS nº 2.305, de 17 de novembro de 2025, publicada no Diário Oficial da União em 19/11/2025.

Em 18/12/2025, o interessado apresentou manifestação de impugnação pré-contenciosa à aplicação da multa prevista no art. 15, inciso I, alínea "e", da Lei nº 8.025/1990, requerendo, ainda, a concessão de prazo excepcional para desocupação do imóvel até 31/01/2026.

Os autos foram submetidos à análise da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, que se manifestou por meio da Nota nº 00197/2025/CCOMP/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU, opinando pelo indeferimento do pedido de dilação de prazo e pela incidência objetiva da multa legal, desde que formalmente constituída por decisão administrativa específica e devidamente motivada.

É o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

A ocupação de imóvel funcional residencial está condicionada ao exercício de função que a autorize, nos termos da Lei nº 8.025/1990, do Decreto nº 980/1993 e do Manual de Engenharia e Patrimônio Imobiliário do INSS.

No caso concreto, a perda do direito de ocupação decorreu da dispensa, a pedido, da função comissionada que fundamentava a cessão do imóvel, publicada em 19/11/2025, circunstância que impôs ao servidor o dever de promover a desocupação do bem no prazo legal de 30 (trinta) dias, expirado em 18/12/2025.

Inexistindo previsão normativa que autorize a prorrogação do prazo de desocupação por motivos de ordem pessoal ou por dificuldades genéricas relacionadas ao mercado imobiliário ou à logística de mudança, impõe-se a manutenção do indeferimento do pedido de dilação de prazo.

Ultrapassado o prazo legal sem a restituição do imóvel, configura-se a retenção indevida, hipótese em que incide, de forma objetiva, a multa prevista no art. 15, inciso I, alínea "e", da Lei nº 8.025/1990, independentemente da demonstração de dolo ou má-fé, conforme entendimento jurídico consolidado no âmbito da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS.

As alegações de boa-fé objetiva, impossibilidade material temporária e ausência de retenção dolosa não afastam a incidência da penalidade, uma vez que a situação de ocupação irregular decorreu de iniciativa do próprio servidor ao requerer sua dispensa da função comissionada, bem como da ausência de comunicação tempestiva à Administração, caracterizando assunção de risco.

Resalte-se, ainda, que não se verifica, à luz dos elementos constantes dos autos, abuso do poder sancionatório, assédio institucional ou desvio de finalidade, tendo a atuação administrativa observado os princípios da legalidade, da motivação, da proporcionalidade e do devido processo administrativo.

III - DECISÃO

1.

Diante do exposto, com fundamento na Lei nº 8.025/1990, no Decreto nº 980/1993, no Manual de Engenharia e Patrimônio Imobiliário do INSS e na Nota nº 00197/2025/CCOMP/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU,

DECIDO:

Indeferir o pedido de dilação de prazo para desocupação do imóvel funcional residencial formulado pelo interessado;

Reconhecer a perda do direito de ocupação do imóvel funcional a partir de 19/11/2025, data da publicação da dispensa da função comissionada que fundamentava a ocupação;

Fixar o prazo legal de 30 (trinta) dias para desocupação, expirado em 18/12/2025, caracterizando-se a retenção indevida do imóvel a partir de 19/12/2025 até a efetiva entrega das chaves e da documentação pertinente;

Determinar a constituição do crédito decorrente da aplicação da multa prevista no art. 15, inciso I, alínea "e", da Lei nº 8.025/1990, correspondente a penalidade equivalente a dez vezes o valor da taxa de uso, em cada período de trinta dias de retenção do imóvel após a perda do direito à ocupação, fixada, no caso concreto, no valor mensal de R\$ 7.937,44 (sete mil novecentos e trinta e sete reais e quarenta e quatro centavos), equivalente ao valor diário de R\$ 264,58 (duzentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos), a ser apurada até a data da efetiva restituição do bem;

Determinar que o Serviço de Gerenciamento de Ocupação Imobiliária adote as providências necessárias ao cálculo final, lançamento e cobrança do crédito, bem como à ciência formal do interessado quanto ao teor desta decisão, assegurados os meios de impugnação administrativa cabíveis;

Determinar a publicação deste Despacho Decisório no Diário Oficial da União, para fins de publicidade e eficácia, nos termos do art. 37, caput, da Constituição Federal e da legislação aplicável.

Determinar que, após a publicação, seja promovida a intimação formal do interessado, com ciência integral do teor deste Despacho Decisório, assegurado o exercício do contraditório e dos meios de impugnação administrativa cabíveis.

MANUELLA ANDRADE P. DE S. SILVA
Diretora

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA PREVIC Nº 1.111, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2025

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "b" do inciso I do art. 66 no Anexo I da Portaria Previc nº 861, de 09 de outubro de 2024 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.003887/2022-58, resolve:

Art.1º Aprovar o encerramento do Plano de Aposentadoria BiPrev, CNPB nº 1997.0011-11 e CNPJ nº 48.306.949/0001-40, administrado pela MultiBRA Fundo de Pensão, CNPJ nº 30.459.788/0001-60, cessando-se os efeitos da Portaria SPC nº 177, de 15 de fevereiro de 2005, publicada no Diário Oficial da União nº 31, de 16 de fevereiro de 2005, seção 1, páginas 17, no que diz respeito ao plano.

Art.2º Extinguir o código nº 1997.0011-11 do Cadastro Nacional de Plano de Benefícios (CNBP), vinculado ao Plano de Aposentadoria BiPrev, administrado pela MultiBRA Fundo de Pensão.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME CAPRIATA VACCARO CAMPELO BEZERRA

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SECRETARIA DE COMUNIDADES BRASILEIRAS E ASSUNTOS CONSULARES E JURÍDICO

DEPARTAMENTO DE IMIGRAÇÃO E COOPERAÇÃO JURÍDICA

DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DO REINO UNIDO DA GRÃ-BRETANHA E IRLANDA DO NORTE PARA FORTALECER O ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS E AO CONTRABANDO DE MIGRANTES

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, Com o propósito de fortalecer as relações de amizade e ampliar a cooperação entre os dois países;

CONSIDERANDO que a República Federativa do Brasil e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte são Estados Partes da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional de 15 de novembro de 2000, do Protocolo para Prevenir, Reprimir e Punir o Tráfico de Pessoas, Especialmente Mulheres e Crianças e do Protocolo contra o Tráfico de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea, que complementam a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional;

CIENTES da necessidade de garantir os direitos e obrigações consagrados no ordenamento constitucional e jurídico em nível nacional, bem como aqueles contidos nas Convenções Internacionais e instrumentos regionais assinados pela República Federativa do Brasil e pelo Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte;

CONVENCIDOS de que, para combater o tráfico de pessoas e o contrabando de migrantes, é necessário coordenar ações em nível interinstitucional e internacional;

RECORDANDO as obrigações dos Participantes como Estados Partes da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, assinada em Palermo, Itália, em 15 de dezembro de 2000, e sua posterior adesão ao Protocolo para Prevenir, Reprimir e Punir o Tráfico de Pessoas, Especialmente Mulheres e Crianças, e ao Protocolo contra o Tráfico de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea, que complementam a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional;

PROFUNDAMENTE PREOCUPADOS com o impacto do tráfico de pessoas e do contrabando de migrantes, especialmente contra mulheres, crianças e adolescentes, como grave violação de direitos humanos que ameaça os direitos e a segurança das pessoas;

EM RAZÃO da vulnerabilidade de parte das vítimas dessas ações criminosas, especialmente mulheres, crianças e adolescentes, que necessitam de assistência e proteção especiais;

RECONHECENDO a importância da coordenação e cooperação para o enfrentamento dos crimes de tráfico de pessoas e contrabando de migrantes, inclusive com vistas ao desenvolvimento de capacidades e à troca de informações para prevenir, investigar, processar e aprimorar o atendimento às vítimas, especialmente crianças e adolescentes;

COM O OBJETIVO de fortalecer os mecanismos de coordenação e cooperação entre a República Federativa do Brasil e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, de modo a favorecer e promover a implementação de medidas adequadas de prevenção, assistência, proteção, investigação e persecução, que orientem e facilitem a execução coordenada de atividades e esforços conjuntos para o enfrentamento dos crimes de tráfico de pessoas e contrabando de migrantes;

A Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, da Commonwealth e do Desenvolvimento, agindo em nome da Coroa, e o Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, doravante denominados conjuntamente como "Participantes" e individualmente como "Participante", concordaram em cooperar da seguinte forma:

PARÁGRAFO I

Objetivo

1.1 O objetivo deste Memorando de Entendimento ("MdE") é promover cooperação e coordenação entre os Participantes no combate ao tráfico de pessoas e ao contrabando de migrantes, por meio de mecanismos de prevenção, assistência, proteção das vítimas, investigação e persecução, com pleno respeito aos direitos humanos e em conformidade com as legislações nacionais de cada Parte.

1.2 Este MdE não tem a intenção de ser juridicamente vinculante e nenhuma obrigação ou direito legal surgirá entre os Participantes a partir de suas disposições.

PARÁGRAFO II

Princípios

2.1 Os Participantes adotarão, a todo momento, os seguintes princípios em relação a este MdE:

- Soberania;
- Assistência e cooperação mútua;
- Igualdade e não discriminação;
- Dignidade humana; e
- Confidencialidade.

2.2 Durante os processos judiciais relacionados aos crimes de tráfico de pessoas e contrabando de migrantes na República Federativa do Brasil e no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, os profissionais, servidores públicos e outros atores direta ou indiretamente envolvidos na condução desses casos seguirão a legislação nacional, com relação à confidencialidade dos dados relativos à identidade, à situação sociojurídica e migratória da vítima, de seus familiares e de testemunhas.

PARÁGRAFO III

Definições

3.1 Salvo disposição em contrário pelo contexto, as referências a este MdE serão interpretadas como referências a este MdE conforme alterado ou modificado de acordo com seus termos. A referência a uma pessoa inclui uma pessoa jurídica, palavras que indicam um gênero incluem todos os gêneros, e palavras no singular incluem o plural e vice-versa.

3.2 "Ações" significa as atividades previstas nos Parágrafos IV e V, e "Ação" será interpretada de forma correspondente.

3.3 "Informação Classificada" significa qualquer informação designada como classificada por um dos Participantes por escrito ou que deva ser considerada classificada de acordo com a legislação nacional do Participante.



3.4 "Coroa" significa o governo do Reino Unido (incluindo o Comitê Executivo da Irlanda do Norte e seus Departamentos, o Executivo Escocês e a Assembleia Nacional do País de Gales), abrangendo, mas não se limitando a, ministros, departamentos, escritórios e agências governamentais.

3.5 "Legislação de Proteção de Dados" significa, para o Reino Unido: (i) toda legislação britânica aplicável relacionada ao tratamento de dados pessoais e à privacidade, incluindo, mas não se limitando ao UK GDPR e à Lei de Proteção de Dados de 2018, na medida em que se relacione ao tratamento de dados e privacidade; e (ii) (quando aplicável) o EU GDPR. O UK GDPR e o EU GDPR são definidos na Seção 3 da Lei de Proteção de Dados de 2018. Para o Brasil, aplicam-se a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e outras legislações aplicáveis.

3.6 "Migrante Contrabandeado" significa qualquer pessoa que tenha cruzado uma fronteira nacional com o apoio de contrabandistas e em violação às regras migratórias dos países de origem, trânsito e/ou destino.

3.7 "Contrabando de Migrantes" significa promover a entrada irregular de uma pessoa em um Estado do qual essa pessoa não seja nacional ou residente permanente, com o objetivo de obter, direta ou indiretamente, um benefício financeiro ou material.

3.8 "Tráfico de Pessoas" significa o recrutamento, transporte, transferência, privação de liberdade, abrigo ou acolhimento de pessoas, por meio de ameaça, uso da força ou outras formas de coação, rapto, fraude, engano, abuso de poder ou de uma situação de vulnerabilidade, ou mediante pagamento ou benefício para obter o consentimento de quem tenha controle sobre outra pessoa, com o propósito de exploração. A exploração inclui, no mínimo, a exploração da prostituição alheia ou outras formas de exploração sexual, trabalho ou serviços forçados, escravidão ou práticas análogas, servidão, remoção de órgãos ou quaisquer outras formas de exploração definidas pela legislação interna dos Participantes.

3.9 "Vítima de Tráfico de Pessoas" significa qualquer pessoa para a qual existem indícios razoáveis de ter sido submetida a condições de exploração, incluindo, no mínimo, prostituição forçada ou outras formas de exploração sexual, trabalho ou serviços forçados, escravidão ou práticas similares à escravidão, servidão, remoção de órgãos ou quaisquer outras formas de exploração conforme definidas pela legislação doméstica dos Participantes.

3.10 "UK GDPR" tem o significado estabelecido na seção 3(10) da Lei de Proteção de Dados de 2018, complementada pela seção 205(4) da mesma lei.

3.11 "BR LGPD" significa a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018), conforme alterada, que regula o tratamento de dados pessoais no Brasil, inclusive em meios digitais, por pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

PARÁGRAFO IV

Escopo da cooperação

Os Participantes buscarão promover cooperação voltada à prevenção, assistência, proteção das vítimas, investigação e persecução penal dos crimes de tráfico de pessoas e contrabando de migrantes, a fim de garantir o pleno gozo dos direitos humanos de seus cidadãos, sob uma perspectiva de gênero, incluindo através das seguintes iniciativas:

a) Fortalecimento institucional das autoridades nacionais competentes;

b) Desenvolvimento de campanhas de informação e sensibilização, baseadas na troca de boas práticas;

c) Coordenação em programas de capacitação e fortalecimento institucional sobre o tema do tráfico de pessoas, contrabando de migrantes e normas migratórias, direcionados aos membros das autoridades nacionais competentes;

d) Intercâmbio de informações sobre boas práticas em assistência e proteção às vítimas, bem como sobre sistemas de atendimento e proteção;

e) Adoção de medidas legais e administrativas adequadas para que os cidadãos de ambos os Participantes tenham acesso à justiça de forma ágil e sem demora, garantindo seus direitos e oferecendo atendimento e proteção prioritários, de modo a evitar sua revitimização;

f) Sistematização e intercâmbio de experiências e boas práticas que incentivem medidas de prevenção, assistência e proteção às vítimas, bem como de investigação, persecução penal e aplicação de sanções criminais;

g) Troca oportuna de informações para investigação de casos de tráfico de pessoas e/ou contrabando de migrantes, em conformidade com a legislação interna pertinente e com os acordos bilaterais, regionais ou multilaterais aplicáveis;

h) Planejamento de operações coordenadas e simultâneas para identificar pontos de entrada clandestinos ou não autorizados por onde possíveis vítimas sejam transportadas, bem como para investigar pessoas potencialmente responsáveis pelos crimes de tráfico de pessoas e/ou contrabando de migrantes;

i) Intercâmbio de informações migratórias, cujas regras e procedimentos poderão ser definidos em acordo operacional interinstitucional entre as autoridades migratórias; e

j) Aprimoramento e fortalecimento dos canais existentes de denúncia de crimes para a população geral, bem como o estudo, desenvolvimento e implementação de outros mecanismos de denúncia, com o objetivo de ampliar o acesso à informação e reduzir a subnotificação dos casos.

PARÁGRAFO V

Medidas de controle de fronteira

Os Participantes se empenharão em aprimorar o intercâmbio de informações entre as autoridades nacionais competentes relativas a dados sobre viajantes, a fim de identificar possíveis atos de tráfico de pessoas e/ou contrabando de migrantes.

PARÁGRAFO VI

Pontos focais

6.1 O Home Office será o ponto focal nacional para este MdE no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

6.2 O Ministério da Justiça e Segurança Pública será o ponto focal nacional para este MdE na República Federativa do Brasil.

6.3 Os Participantes poderão elaborar conjuntamente um plano de trabalho para as iniciativas previstas neste MdE.

PARÁGRAFO VII

Direito à proteção da identidade e da privacidade das vítimas

Os Participantes trocarão informações de acordo com a legislação nacional pertinente à proteção de dados e à classificação de informações, com o objetivo de proteger e salvaguardar a privacidade, identidade e intimidade das vítimas, testemunhas, denunciantes e de seus familiares, mantendo a confidencialidade legal dos processos judiciais em casos relacionados a esses crimes, respeitando seus direitos e evitando sua revitimização e estigmatização por motivos de sexo, gênero, raça, etnia, entre outros.

PARÁGRAFO VIII

Repatriação voluntária das vítimas de tráfico de pessoas

8.1 No caso de vítimas de tráfico de pessoas, os Participantes avaliarão a possibilidade de sua repatriação voluntária, por meio de uma análise individual, com pleno respeito aos seus direitos humanos em todos os momentos, garantindo sua integridade física e mental e priorizando o melhor interesse de crianças e adolescentes.

8.2 Os Participantes poderão desenvolver conjuntamente um protocolo para a repatriação voluntária de vítimas de tráfico de pessoas.

PARÁGRAFO IX

Proteção da documentação e informação

Os Participantes aplicarão as medidas e meios necessários para garantir mecanismos adequados de controle da documentação relacionada a casos de tráfico de pessoas e contrabando de migrantes, de acordo com a natureza e os riscos da informação, em conformidade com os parâmetros de classificação que as matérias deste MdE merecem, e conforme estabelecido na legislação vigente de cada um dos Participantes.

PARÁGRAFO X

Proteção de dados pessoais

10.1 Os Participantes cumprirão suas responsabilidades de acordo com suas respectivas legislações de Proteção de Dados e não utilizarão quaisquer dados pessoais trocados sob este MdE para fins incompatíveis com sua Legislação de Proteção de Dados.

10.2 Cada Participante garantirá que os dados pessoais reunidos ou trocados sob este MdE não sejam transferidos para fora dos territórios de seus países sem o consentimento prévio do outro Participante.

PARÁGRAFO XI

Pedido de fornecimento de informações por um terceiro Estado interessado em informações provenientes de serviços ou entidades vinculados ao atendimento e à proteção de vítimas dos Participantes não serão encaminhadas a terceiros que as solicitem sem o consentimento prévio por escrito dos Participantes.

PARÁGRAFO XII

Custos

12.1 Este MdE não implicará qualquer transferência de recursos financeiros entre os Participantes e será implementado dentro dos recursos humanos e financeiros disponíveis a cada um deles.

12.2 Cada Participante permanecerá responsável por quaisquer perdas ou responsabilidades decorrentes de suas próprias ações ou das ações de seus funcionários, e nenhum dos Participantes pretende que o outro seja responsabilizado por quaisquer prejuízos que venha a sofrer em decorrência deste MdE.

PARÁGRAFO XIII

Solução de diferenças

Qualquer diferenças que possam surgir deste MdE, ou em conexão com ele, serão resolvidas por meio de negociações ou consultas entre os Participantes.

PARÁGRAFO XIV

Prazo e rescisão

14.1 Este MdE produzirá efeitos na data de sua assinatura e, salvo rescisão antecipada conforme os termos deste instrumento, permanecerá produzindo efeitos por cinco (5) anos (Prazo Inicial).

14.2 O prazo deste MdE será automaticamente prorrogado ao final do Prazo Inicial por mais um período de cinco (5) anos (Prazo Estendido), a menos que os Participantes concordem por escrito em encerrá-lo ao término do Prazo Inicial.

14.3 Este MdE poderá ser rescindido por qualquer um dos Participantes a qualquer momento, mediante notificação por escrito com antecedência mínima de sessenta (60) dias ao outro Participante.

14.4 O Participante que rescindir este MdE conforme o presente parágrafo XIV oferecerá toda a assistência razoável para garantir uma transição eficaz das Ações, se necessário, e para mitigar os efeitos da rescisão sobre o outro Participante. Em particular, o Participante que rescindir o MdE tomará medidas razoáveis para assegurar que o outro não seja exposto a ações por descumprimento de obrigações legais ou estatutárias decorrentes da rescisão. Isso pode incluir o cumprimento de requisitos específicos de transição estabelecidos a seguir.

14.5 Caso este MdE seja rescindido por qualquer motivo, um Participante poderá:

a) fazer solicitações ao outro Participante visando organizar adequadamente a transição das Ações (seja para continuar a executá-las por conta própria ou para contratar serviços substitutos com terceiros); e/ou

b) autorizar outra parte a assumir, total ou parcialmente, as Ações, conforme especificado pelo Participante.

14.6 Os Participantes cooperarão, na medida do razoavelmente possível, durante qualquer processo de transição decorrente da expiração ou rescisão deste MdE. Tal cooperação poderá incluir, quando necessário, o acesso e o fornecimento de cópias de todos os documentos, relatórios, resumos e demais informações razoavelmente necessárias, dentro dos limites legais, ao outro Participante ou a terceiros autorizados a assumir total ou parcialmente as Ações, a fim de garantir uma transição eficaz sem interrupção das atividades rotineiras.

14.7 A expiração ou rescisão deste MdE não afetará a validade de qualquer contrato firmado sob sua égide.

PARÁGRAFO XV

Disposições gerais

15.1 Este MdE não constitui um acordo internacional e não cria quaisquer direitos ou obrigações ao abrigo do direito internacional.

15.2 Este MdE não afetará quaisquer direitos ou obrigações dos Participantes decorrentes de outros acordos internacionais que sejam vinculantes para seus respectivos países.

15.3 Este MdE não confere quaisquer direitos a terceiros. Nada nele será interpretado como limitando, substituindo ou afetando as operações normais de qualquer Participante no exercício de suas funções legais, regulatórias ou outras. Este MdE não limita nem restringe qualquer dos Participantes de participar em atividades ou arranjos semelhantes com outras entidades.

15.4 Este MdE poderá ser modificado a qualquer momento mediante consentimento mútuo por escrito entre os Participantes.

Assinado em Niágara, em 11 de novembro de 2025, em dois originais, um em português e um em inglês, sendo ambos os textos igualmente válidos. Em caso de divergência de interpretação, o texto em inglês prevalecerá.

MAURO VIEIRA
Ministro das Relações Exteriores

YVETTE COOPER
Secretaria de Estado para Negócios Estrangeiros, da
Commonwealth e do Desenvolvimento

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União nº 249, de 31 de dezembro de 2025, Seção 1, página 371, onde se lê: "Portaria GM/MS nº 10.020, DE 30 DE dezembro DE 2025", leia-se: "Portaria CONJUNTA MS/AGU nº 10.020, DE 30 DE dezembro DE 2025".

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA SE/MS Nº 913, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Altera a Portaria SE/MS nº 909, de 19 de dezembro de 2025, republicada no DOU nº 245, de 24 de dezembro de 2025, que dá publicidade aos resultados das análises dos projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO EXECUTIVO SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais, considerando os arts. 1º a 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), e o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que os regulamentou, e considerando o Anexo LXXXVI-A à Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, instituído por meio da Portaria GM/MS nº 8.031, de 5 de setembro de 2025, que define as regras e critérios para a habilitação de instituições e para a apresentação de projetos no âmbito do PRONON e do PRONAS/PCD, resolve:

Art. 1º Fica alterado o art. 4º da Portaria SE/MS nº 909, de 19 de dezembro de 2025, para excluir o projeto "Saúde em Ação - Judô para todos", Parceria nº 2025-00035847, NUP 25000.195877/2025-67, do Instituto Olga Kos, CNPJ 38.653.502/0001-94, da relação de projetos indeferidos em virtude do limite financeiro destinado ao Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

Art. 2º Fica alterado o art. 5º da Portaria SE/MS nº 909, de 19 de dezembro de 2025, para excluir o Inciso LIII, projeto "Seikatsu - Vida e Bem-Estar", Parceria nº 2025-00035847, NUP 25000.191587/2025-44, do Instituto Olga Kos Rio de Janeiro, CNPJ 45.792.424/0001-74, e o Inciso XXXVIII, projeto "Emprego com Apoio para melhoria da Qualidade de Vida/Saúde da Pessoa com Deficiência no Grande ABC", Parceria nº 2025-00035794, NUP 25000.195651/2025-66, CNPJ 24.152.150/0001-89, da relação de projetos com recursos administrativos indeferidos, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NILTON PEREIRA JÚNIOR

